

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,  
REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2024, NA SALA DE REUNIÕES DO  
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

**PRESENÇAS**

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes, e os senhores Vereadores Ângelo Manuel Mendes Moura, Catarina Gonçalves Ribeiro, António Manuel Marques Luís, José Correia da Silva, Ana Catarina Graça da Rocha e Fábio Alexandre Veloso Duarte.

**AUSÊNCIAS**

Não se verificou qualquer ausência.

**SECRETARIOU**

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Susana Cristina Rodrigues Lopes Carneiro.

**COMPARÊNCIA**

Nos termos do despacho proferido pelo senhor Presidente da Câmara compareceram para assistir à reunião de Câmara, os senhores Chefes de Divisão e as senhoras Chefes de Unidade.

**ABERTURA**

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às dezassete horas, dando de imediato início ao período da ordem do dia.

**ORDEM DO DIA**

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC| 02**

**01-ASSUNTO: MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 927/2024 do senhor Presidente da Câmara, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, do seguinte teor:

*“Considerando que, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 25º, conjugada com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a), do n.º 2, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar, manter ou alterar o Mapa de Pessoal do Município, proponho a aprovação do presente Mapa de Pessoal para 2025 e posterior envio à Assembleia Municipal de Lamego, para deliberação.”*

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu os seguintes esclarecimentos: *“No Mapa de Pessoal apresentado constam um conjunto de novas propostas para de previsão de lugares para o próximo ano. É um reforço praticamente transversal a todas as Divisões, sendo que é mais expressivo, em termos numéricos, na Divisão de Juventude, Educação e Desporto – DJED, nomeadamente nas escolas, na Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos – DSSU e na Divisão Administrativa e de Coordenação - DAC, nomeadamente nalgum reforço de meios internos e também de Assistentes Operacionais da área da limpeza.*

*O Mapa apresentado soma os lugares que não estão providos, em termos de quadro, mais os lugares criados. Portanto, as 151 vagas correspondem às vagas, que não estão providas no atual Mapa de Pessoal, mais as vagas a prover no próximo ano.*

*Relativamente à DJED - Divisão de Juventude, Educação e Desporto, há uma previsão de aposentação de cerca de 45 funcionários nos próximos dois anos e, nesse sentido, estamos já a prever a criação de lugares de quadro, uma vez que, se assim não for, ficaremos sem capacidade para responder aos serviços, enquanto fazemos o recrutamento, através de procedimento concursal. Assim, estamos já a prever o número de vagas correspondente às aposentações que irão acontecer, para podermos abrir o concurso. No fundo, serão as 15 vagas, previstas no Mapa de Pessoal do ano anterior, mais 30 vagas a criar, mais os 10 lugares de bolsa de recrutamento, que já estão providos, mas para os quais será necessário lançar um novo concurso.*

*Em suma, há, efetivamente, um aumento de postos de trabalho, mas são indispensáveis, como se pode depreender da justificação apresentada e o número total de 618 postos, pelas razões já esplanadas, não é real, porque soma os lugares já existentes e que estão vagos e os lugares a criar. Em relação às chefias, por exemplo, hão-de dar conta que os lugares já existem no quadro, a maior parte está provida provisoriamente.*

*Há também um número elevado de pessoas em mobilidade cujas vagas têm que ser previstas, para poderem ser consolidadas, designadamente os sete Encarregados Operacionais e um conjunto de Assistentes Operacionais que estão providos em funções de outra natureza, nomeadamente Técnicos Superiores. Essas vagas já estão incluídas no Mapa de Pessoal apresentado, não são vagas que acrescentem novos lugares à organização. São vagas que reposicionam pessoas, que já constam da organização, noutras carreiras.”*

Tomou a palavra a senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha**, para proferir o seguinte: *“Relativamente ao Mapa de Pessoal apresentado, há, de facto, um acréscimo significativo de novos postos de trabalho e parece-nos que tal comprometerá, a médio prazo, as finanças do Município. No entanto, também temos consciência de que, com as novas funções e competências que o Município adquiriu, é necessário dotar os quadros de pessoal qualificado.*

*Mas, apesar das novas contratações que a Câmara irá fazer, vemos que continua a recorrer, frequentemente, a serviços externos para realização, por exemplo, de estudos, de projetos, para elaboração de diagnósticos e de planos de desenvolvimento.*

*Não compreendemos este aumento de contratação de pessoal qualificado, quando o senhor Presidente não abdica dessas contratações externas que, de facto, oneram as contas do Município. É uma situação que preocupa os Vereadores do Partido Socialista e a comunidade em geral.*

*Por outro lado, olhando para as várias Unidades Orgânicas, parece-nos que há um desfasamento enorme entre Unidades Orgânicas que têm imensas responsabilidades, funções e competências a promover no Município, cujos postos de trabalho afetos a essas unidades são escassos. A Unidade de Auditoria Interna, Qualidade e Proteção de Dados, por exemplo, tem apenas um cargo de Direção Intermédia de 3.º grau e um Técnico Superior. Nunca percebi, nem tivemos, até ao momento, o retorno do que é que esta Unidade faz, em concreto. No entanto, uma Unidade com esta responsabilidade, está, no meu entendimento, desprovida de pessoal qualificado, além do que, com apenas um cargo de Direção Intermédia de 3.º grau e um Técnico Superior, parece-nos completamente desfasada da realidade.*

*A área da fiscalização, por exemplo, também não nos parece enquadrada na realidade, senão vejamos, Lamego é uma cidade média, com muitas valências para fiscalizar, nomeadamente obras públicas e privadas, e tem apenas quatro fiscais para dar resposta a uma área tão abrangente. Devia, na opinião dos Vereadores do Partido Socialista, ter tido uma atenção especial.*

*Relativamente ao Gabinete de Comunicação e Imagem, com apenas um Técnico Superior, parece-nos muito redutor para o trabalho que o Município desenvolve, mas também já percebemos que o senhor Presidente prefere recorrer a serviços externos.*

*Sobre o Gabinete de Desenvolvimento Económico e Turismo, parece-nos também desprovido de pessoal, dada a sua dimensão, o trabalho que desenvolve e a responsabilidade que tem, nomeadamente ao nível das feiras e mercados, nos eventos que organiza, no turismo, que continua sem Plano de Desenvolvimento.*

*O senhor Presidente decidiu criar gabinetes, mas, na minha opinião, estes casos que referi, mereciam ter outra dimensão, ou seja, deveriam ser Divisões Orgânicas. No entanto, o*

*senhor Presidente prefere privilegiar outras áreas, menos qualificadas, em termos de habilitações, como por exemplo, os Assistentes Operacionais. Como já referi anteriormente, esta situação deve-se certamente à aproximação da época eleitoral.*

*Justificou este facto com o aumento substancial do número de aposentações, mas não referiu especificamente quais são as áreas funcionais desses trabalhadores, até para percebermos melhor se “bate a bota com a perdigota”, se os lugares de quem sai, serão providos especificamente nessa área.*

*Na nossa opinião há áreas que deveriam ter tido mais atenção, como é o caso também da Ação Social. Já no ano anterior o disse e reitero, a Ação Social merecia ser uma Divisão Orgânica e não uma Unidade, atendendo às responsabilidades que assume e atendendo às transferências de competências que recebeu.”*

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte: “A intervenção da senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha é absolutamente contraditória. Critica o aumento do número de vagas e a preocupação que isso lhe causa, em termos financeiros e da sustentabilidade económica do Município, mas também afirma que gostaria de ver alguns serviços transformados em Divisões, ou seja, as pessoas que asseguram, atualmente, as funções de coordenação deviam ganhar mais, nomeadamente no que concerne ao Gabinete de Desenvolvimento Económico e Turismo e à Ação Social, com a promoção a Divisões Orgânicas.

*Referiu, ainda, que a Unidade de Auditoria Interna, Qualidade e Proteção de Dados, o Gabinete de Comunicação e o Gabinete de Fiscalização têm poucos recursos. Ao mesmo tempo que critica o número de vagas, que são criadas neste Mapa de Pessoal e o impacto financeiro que isso terá, preocupa-se com os recursos humanos afetos a esses serviços.*

*Critica, também, o reforço dos serviços com recursos humanos menos qualificados, ou seja, critica as pessoas que trabalham nas escolas e cuidam das crianças, critica as pessoas que trabalham nos vários pavilhões desportivos, critica as cozinheiras, porque são desqualificados e não mereciam estar lá.*

*O que retiro das suas afirmações é que se deve investir apenas na Unidade da Ação Social e no Gabinete Desenvolvimento Económico e Turismo, promovendo-os a Divisão e dotando-os de recursos humanos mais qualificados.*

*Tenho uma perspectiva absolutamente contrária, respeito muito as pessoas que todos os dias, a horários incertos, abrem as escolas, que limpam o que os outros sujam, que acompanham as crianças diariamente. Além de sermos obrigados a fazê-lo com rácios pré-determinados, que estão acordados na transferência de competências, nem sequer depende de nós definir esse número de vagas, é uma obrigação legal.*

*A senhora Vereadora acabou de desvalorizar, por completo, a importância destes serviços, bem como o trabalho do calceteiro, do trolha ou do canalizador. Passou-lhes um atestado de inutilidade, como se não contassem e não fossem indispensáveis para o funcionamento e a qualidade dos serviços que são prestados.*

*Ficou claro que para si é mais importante o Gabinete de Comunicação e o Gabinete de Fiscalização, como se a fiscalização, para além do cumprimento das obrigações legais tivesse obrigação de controlar tudo.*

*O Partido Socialista esteve quatro anos à frente dos destinos do Município e não criou nenhuma dessas Divisões que sugeriu. Aliás, a Unidade da Ação Social e o Gabinete Desenvolvimento Económico e Turismo foram criados nos meus mandatos. Quando cheguei à Câmara Municipal de Lamego, há cerca de 20 anos, a Ação Social tinha apenas uma Assistente Social, a Dra. Carla Coelho. Atualmente, a Ação Social tem uma equipa pluridisciplinar, com quase vinte pessoas.”*

*Tomou a palavra a senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** para proferir o seguinte: “Se assim é, explique-nos, como é que a Divisão de Estratégia e Fundos Estruturais tem apenas três pessoas e a Unidade da Ação Social com vinte pessoas, não é uma Divisão Orgânica, nem sequer tem uma chefia a orientar a Unidade.”*

*Interveio, novamente, o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte: “Percebo que para o Partido Socialista, essa situação que acabou de referir, não faça sentido.*

*O Partido Socialista, na gestão deste Município com exceção das candidaturas que já estavam aprovadas no PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, não conseguiu fazer nenhuma candidatura, nem nenhum projeto novo. A Divisão de Estratégia e Fundos Estruturais faz precisamente isso. Temos cerca de 60 milhões de euros aprovados em fundos comunitários e teremos mais, até ao final do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e do programa Portugal 2030, que são da responsabilidade desta Divisão. É um trabalho de extrema complexidade técnica, de estratégia e de planeamento, de conhecer a fundo os Regulamentos Comunitários. É um trabalho de topo, que é feito nesta autarquia, e que outras não têm e, por isso, não alcançam o sucesso que temos conseguido, ao nível da captação de fundos comunitários.*

*Essa é a base de todo o trabalho de investimento que fazemos e que depois alimenta o trabalho das restantes Divisões Orgânicas, nomeadamente da Divisão de Investimentos Municipais, e até da Divisão Administrativa e de Coordenação, da Unidade da Ação Social, e do Gabinete de Sistemas de Informação e Modernização Administrativa.*

*Tudo o que são candidaturas transversais, mesmo que sejam propostas e desenvolvidas pelos serviços, têm o apoio da Divisão de Estratégia e Fundos Estruturais. Nesse sentido, é*

*uma situação inquestionável e, quem não perceber isto, não está preparado para dirigir ou intervir no Município, face aos programas de financiamento comunitário que temos para fazer. Quando a senhora Vereadora afirma que se contratamos pessoas, devíamos fazer os nossos projetos e os nossos planos e estratégias, tenho que lhe dizer que o Partido Socialista não fez um único projeto durante quatro anos, porque não percebeu que os serviços têm os recursos mínimos para gerir os processos do quotidiano, não têm recursos, nem polivalência, não têm capacidade ao nível da engenharia, por exemplo, para fazer projetos com toda a envolvente que é necessária atualmente, nomeadamente ao nível da eficiência energética, de estabilidade, de acústica, de fundações especiais, entre outras.*

*É necessária uma equipa com competências absolutamente diversificadas para elaborar um projeto e não a temos, logo é necessário comprar os projetos, temos que contratar externamente. O mesmo se passa em relação às Cartas, aos Planos e às Estratégias. Aliás, a única Estratégia feita pelo Partido Socialista, no anterior mandato, foi a Estratégia Local de Habitação e foi contratada a uma empresa externa, não foi feita internamente.*

*Aliás, na minha opinião, foi mal feita e teve que ser revista imediatamente. Mas, a mesma foi contratada a uma empresa, que faz projetos desta natureza de norte a sul do país, e que utiliza o famoso “copy paste”. Foi precisamente isso que fez, na Estratégia Local de Habitação do Município de Lamego, sem qualquer controlo, sem qualquer verificação, por parte dos serviços ou da senhora Vereadora. Só isso justifica que a Estratégia Local de Habitação do Município de Lamego não correspondesse às nossas necessidades, desde logo porque não propunha a utilização do recurso à reabilitação de imóveis para criar habitação distribuída na cidade, rentabilizando edifícios do Estado, edifícios do Município, edifícios de entidades parceiras, como a Associação dos Bombeiros Voluntários e colocar nesses edifícios, espalhados pela cidade, pessoas, em vez de as colocar a todas em construção nova a fazer em Nazes. Esta era a proposta exclusiva da Estratégia Local de Habitação que herdamos.*

*Não diga que houve um trabalho muito grande, feito com muita atenção, com muita participação e envolvimento dos serviços, porque isso não pode ter sido verdade. Se fosse verdade, a estratégia aprovada, não seria aquela.”*

Tomou, novamente, a palavra a senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** para proferir o seguinte: “Discordo em absoluto com aquilo que disse e com a adjetivação que utilizou. Quem me parece desqualificar os funcionários municipais é o senhor Presidente.

*Reitero o que disse, parece que há, neste Mapa de Pessoal, uma reafectação de funcionários mal elaborada. Quando me referi àquelas Unidades Orgânicas, era no sentido de lhe dar exemplos de sectores que, de facto, não têm o número suficiente de quadros para poder dar resposta às necessidades e ao volume de trabalho, que essas Unidades têm.*

*Relativamente à Divisão de Estratégia e Fundos Estruturais, entendo que apenas três pessoas a executar o trabalho com essa dimensão e responsabilidade, que o senhor Presidente referiu, são poucas. É uma Divisão que merecia uma maior atenção, mas, por incompetência, o senhor também não percebe isso e não é capaz de reafectar mais funcionários a essa Divisão. Mas, também não sei, se as mobilidades, que aqui estão plasmadas, alguma delas será para esta Divisão. Se for, saudaremos essa situação.*

*Em relação aos outros exemplos que dei, a minha preocupação está, de facto, na responsabilidade que essas Unidades Orgânicas e Gabinetes têm, e que estão desprovidas de profissionais qualificados e daí, o senhor Presidente privilegiar a contratação externa. Entendo que há documentos que poderiam ser aqui produzidos e não são, porque o senhor privilegia a contratação externa e, com isso, onera o Município.*

*Gostaria também de clarificar que, de forma alguma, desvalorizo o trabalho dos Assistentes Operacionais, antes pelo contrário, respeito muito o trabalho por eles desenvolvido, no entanto, parece-me que o senhor Presidente, ao afirmar que eu, ou o Partido Socialista, desvalorizamos esses profissionais, está a manipular o meu discurso, porque não foi, de todo, isso que eu quis dizer. Estava a falar de outra situação e o senhor aproveitou para chamar à colação os Assistentes Operacionais.*

*São, de facto, funcionários imprescindíveis para o funcionamento do Município, quer os que estão nas escolas, quer os que estão afetos às obras públicas, quer os que trabalham nos cemitérios, e todos os outros, são profissionais que merecem a maior atenção e respeito.*

*Uma vez que me referi aos cemitérios, aproveito para lhe dizer que devia pensar seriamente na criação de mais lugares para essa área, pois parece-me um pouco desfalcada. Só dois coveiros para dar conta de dois cemitérios, com tudo o que implica, acho pouco. Vou frequentemente ao cemitério e parece-me que há um certo desleixo nos últimos tempos, naquilo que é o cuidado com os cemitérios e da necessidade que há, de verificar bem, o trabalho que é executado por esses funcionários.*

*Portanto, não diga que o Partido Socialista e a Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, não valorizam o trabalho dos Assistentes Operacionais, porque não corresponde à verdade.*

*Não posso deixar de fazer estas críticas, que são legítimas. Não tenho que bater palmas a todo o que o senhor Presidente faz, quando entendo que se pode investir mais. Aliás, são críticas no sentido positivo. Se este documento tivesse sido elaborado com mais tempo, se tivesse sido mais discutido, ou se o tivéssemos discutido conjuntamente, estaríamos hoje, certamente, a votar um documento mais consensual.*

*Não aceito que o senhor Presidente diga que faço afirmações, que não correspondem à verdade, que não sei o que estou a dizer, pois não admito. Tenho respeito por si e pelo cargo que ocupa e não quero deixar de ser cordial.*

*Peço-lhe, ainda, que responda à questão que lhe coloquei há pouco, sobre quem são os 45 funcionários que se vão aposentar em breve e em que áreas trabalham.”*

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte: “Os cerca de 45 funcionários que se aposentarão em breve, são maioritariamente da Divisão de Juventude, Educação e Desporto, trabalham nas escolas e estavam, em grande parte, afetos ao Ministério da Educação.

*Registo que a senhora Vereadora tentou corrigir a desvalorização que tinha feito, relativamente aos Assistentes Operacionais e a outros funcionários, que têm menos qualificação profissional, que fazem parte dos quadros do Município, cujo trabalho é absolutamente fundamental para o funcionamento da autarquia e da vida das pessoas, especialmente na área da educação, da juventude e desporto e na área dos serviços externos.*

*Por muito que gostássemos de ter estruturas muito qualificadas e muito eficientes, em todas as áreas de atividade da Câmara, sabemos que temos que construir o Mapa de Pessoal e a nossa estrutura de funcionamento da base para o topo, ou seja, temos que assegurar as tarefas base do dia-a-dia e depois temos que responder a todas as competências e atribuições do Município de forma capaz e competente, dotando-nos dos recursos mais qualificados, que nem sempre são fáceis de conseguir. Estamos a perder alguns e não estamos a conseguir recrutar.*

*A nível de mobilidade, perdemos recentemente alguns funcionários para a Autoridade Tributária e Aduaneira, para o Tribunal e para a CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Além disso, há vários funcionários que estão no regime de licença sem vencimento, ou seja, começamos a ter um problema de retenção de quadros e de retenção de talento.*

*Entendo que não adianta reter as pessoas à força, porque se as mesmas não querem estar cá e não trabalham com vontade e com dedicação, não vale a pena insistir. O meu princípio é sempre o mesmo, se as pessoas têm outras perspectivas de carreira e de vida, seja por uma motivação meramente profissional, ou seja por razões de natureza pessoal, ou outras, nunca me oponho a essa mobilidade, mesmo que tal seja muito penalizador para o Município.*

*É minha obrigação criar condições para que outra pessoa, de preferência internamente, possa suprir essa ausência. Temos imensos Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos, que são portadores de uma licenciatura. Há, no nosso quadro de pessoal, muitos profissionais que pudemos “puxar para cima”, dando-lhes a oportunidade de ocuparem funções mais exigentes e de se desenvolverem pessoalmente. É isso que temos feito e que pretendo sempre fazer.*

*É certo que, por vezes, essas mobilidades causam-nos problemas pontuais graves, como aconteceu com Gabinete Jurídico e Contencioso e com a Divisão de Estratégia e Fundos Estruturais, que perdeu recentemente um excelente funcionário.*

*Depois, há áreas crónicas, que são as das carreiras especiais, como a carreira de Fiscal, que exige formação própria. Os dois fiscais, que nos últimos vinte anos, entraram na carreira, fizeram-no por insistência minha, porque os demais saíram na sequência de terem obtido outros graus académicos e tiveram lugar noutras funções.*

*Em relação à questão dos coveiros, conseguimos, felizmente, recrutar dois coveiros, pois é uma área muito complexa, em que dificilmente há candidatos. Será, provavelmente no futuro, uma das áreas em que teremos que recorrer a serviços externos, contratando uma empresa especializada para realizar esse serviço.*

*Para já iremos manter o serviço, o investimento nas infraestruturas físicas e o cuidado imenso que temos nos cemitérios, porque sabemos da importância que os mesmos têm para as pessoas, que ali têm os seus entes queridos.*

*Resumindo, esta é a nossa proposta em termos de Mapa de Pessoal. As justificações são as que já prestei. Tinha, apenas esquecido, de referir a situação dos funcionários que temos em mobilidade noutros serviços. Atualmente, há muitas pessoas, de várias zonas do país, nomeadamente de Lisboa e do Porto, que estão a pedir mobilidade para a Câmara de Lamego e, nesse sentido, estão a decorrer vários procedimentos para esse efeito, sendo certo que daremos prioridade às pessoas que tenham familiares ou casa no concelho.”*

Interveio o senhor **Vereador António Manuel Marques Luís** para questionar o seguinte: *“Em relação à Unidade de Auditoria Interna, Qualidade e Proteção de Dados, quem é que está neste momento a ocupar os lugares identificados no Mapa de Pessoal?”*

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para referir o seguinte: *“Os lugares não estão providos atualmente, nem estão, há já algum tempo, desde a saída do senhor arquitecto Joaquim Miguéis Ferreira da Silva, numa fase, e posteriormente do Dr. Paulo Correia.”*

Interveio, novamente, o senhor **Vereador António Manuel Marques Luís** para proferir o seguinte: *“Sendo assim, este é mais um exemplo de uma Unidade muito importante, que necessita de pessoal, a par do Gabinete de Desenvolvimento Económico e Turismo, que aproveito para felicitar, pois com os poucos técnicos de que dispõe, tem efetuado um excelente trabalho.*

*Não posso deixar de referir que esta é uma realidade importantíssima, à qual o senhor Presidente não dá grande, ou nenhum valor. Aliás, a Unidade de Auditoria Interna, Qualidade e Proteção de Dados, é extremamente importante em qualquer organismo público, e principalmente numa Câmara Municipal.*

*É bom que o senhor Presidente consiga, desta vez, prover essa Unidade com alguém qualificado, para a fazer funcionar.”*

Tomou, novamente, a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para referir o seguinte: “O senhor Vereador António Manuel Marques Luís devia pensar que a Unidade de Auditoria Interna, Qualidade e Proteção de Dados nunca existiu no organograma do Município, até ser criada num dos meus mandatos anteriores. Esteve provida, sempre que houve recursos humanos com qualificação e disponibilidade para esse efeito.

*Presentemente, por falta de recursos humanos internos para prover esse lugar, o mesmo não está ocupado. Será, oportunamente, aberto um concurso para prover o lugar de coordenador da Unidade, sendo que, em relação aos demais lugares, é uma área que pressupõe uma componente técnico-jurídica muito elevada e não é fácil, com o atual quadro de pessoal, encontrar pessoas adequadas para esses cargos, muito menos sem enfraquecer as outras áreas funcionais, onde essas pessoas estiverem afetas. No entanto, se não reconheçêssemos a importância desta Unidade, não a teríamos criado.”*

Interveio, em seguida, o **senhor Vereador Ângelo Manuel Mendes Moura** para referir o seguinte: “Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista sublinham que não se revêem neste discurso populista e desprovido de responsabilidade do senhor Presidente da Câmara.

*Efetivamente, já nem o desempenho, realizado neste mandato, é melhor que o desempenho que manteve nos mandatos de 2005-2017, muitos menos o pode comparar com o do Partido Socialista no mandato anterior.*

*Sem querer afastar-me do cerne da questão, é importante esclarecer algumas referências, feitas pelo senhor Presidente da Câmara à gestão Socialista, no mandato de 2017-2021, nomeadamente no que diz respeito ao pessoal. Obviamente que não houve criação de postos de trabalho, nem novas admissões, porque o Município estava impedido de o fazer, em razão da situação de endividamento, criada pelo senhor Engenheiro Francisco Lopes. O Município estava submetido a um plano de intervenção de saneamento financeiro.*

*No que diz respeito à Estratégia Local de Habitação, é importante esclarecer que, há quatro anos, os instrumentos legais aos dispor das autarquias, estavam bem longe daqueles que estão hoje. Houve um grande reforço desses instrumentos feito pela administração central, como é do conhecimento de todos.*

*Relativamente ao Mapa de Pessoal, repudiamos o facto de só agora o estarmos a discutir, pois a aprovação do mesmo deveria ser feita previamente à discussão e aprovação do Orçamento. Não faz qualquer sentido fazer uma inscrição de dotação orçamental para recursos humanos, quando, ainda, não está aprovado o respetivo Mapa com o número de recursos humanos que dispomos.*

*A discussão foi feita hoje, de forma extraordinária, porque o senhor Engenheiro Francisco Lopes não o fez, atempadamente. Não foi, certamente, por esquecimento, porque não se trata de um ato isolado, é, aliás, useira e vezeira, a apresentação a posteriori, de documentos que são absolutamente essenciais, continuando a esquecer-se, que a gestão do Município não é feita pelo Engenheiro Francisco Lopes, mas sim pelo órgão Câmara Municipal e pelo órgão Presidente da Câmara Municipal.*

*Portanto, a discussão do Mapa de Pessoal, realizada hoje, é intempestiva, mas, ainda assim, o documento terá que ser aprovado, sendo que, no rodapé da proposta de deliberação, consta a data de 25.11.2024. Segundo parece, a proposta terá sido elaborada anteontem. A última reunião, onde foi aprovado o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, decorreu no dia 19 de novembro de 2024.*

*Não nos identificamos com os princípios que estão subjacentes ao Mapa apresentado e muito menos admitimos as explicações que deu. As mesmas poderão ser aceites, considerando o discurso bonito, por quem não lhe der a devida atenção.*

*De facto, o Mapa de Pessoal aprova e só, o número de pessoas em cada uma das diferentes categorias, tal como consta da proposta de deliberação. E nesse aspeto, é muito claro, o Município vai criar mais 151 lugares. No Mapa do ano anterior constavam 467 lugares, com este acréscimo, vão passar a ser 618.*

*As explicações prestadas são para quem está distraído, porque se pretende, com os exemplos que deu, criar 45 novos lugares para substituir pessoas que se vão aposentar, então, o Mapa de Pessoal teria que ser mais específico, discriminando o número de lugares a criar e o número de lugares a extinguir, enquanto vagar. Quando alguém passa para o lugar a seguir no mesmo quadro, vagou o lugar que antes tinha.*

*Há, ainda, a figura da mobilidade, mas sobre essa nem me vou pronunciar, muito menos vou analisar as características de cada uma das pessoas que irão prover cada um destes lugares. O que se passa, efetivamente, é que são 151 novos lugares.*

*No dia 19 de novembro de 2024, é entregue aos senhores Vereadores da oposição, uma proposta do Mapa de Pessoal, onde constava a criação de 145 novos lugares, uma semana depois, passa para 151. São mais seis lugares.*

*Na óptica do senhor Presidente da Câmara, esta situação não tem impacto no Orçamento, no entanto, a título de exemplo, só neste aumento de seis lugares, três correspondem a Técnicos Superiores, que em números redondos, implica um acréscimo de cerca de 100.000,00€/ano, em termos de Orçamento do Município. Mas, segundo o senhor Presidente, não tem grande impacto.*

*Esta é a grande diferença entre a gestão competente e a gestão incompetente. A gestão de quem prepara os dossiers, de quem os estuda, de quem se preocupa com a racionalidade e a*

*de quem só se preocupa em fazer obras e mais obras. Depois vêm as consequências financeiras e orçamentais, mas essas iremos analisá-las no próximo mês de abril, quando se aprovar a Conta de Gerência referente a 2024. Em 2026, alguém há-de analisar a Conta de Gerência referente a 2025. No entanto, é apanágio do Engenheiro Francisco Lopes, não ver as suas contas aprovadas, nem validadas pelo Tribunal de Contas. Isto é que é gestão competente.*

*É óbvio que o este Mapa de Pessoal, com 618 lugares, constitui um encargo, para o futuro, que é absolutamente inoportuno. Já no ano anterior fizemos a mesma consideração e eram menos 151 lugares.*

*No futuro, quem gerir o Município de Lamego, terá inúmeras dificuldades em fazer face a esta despesa fixa. Basta fazer contas, analisar o Mapa de Pessoal de 2018 compará-lo com o Mapa de Pessoal de 2025 e perceber qual é o impacto orçamental. Não vemos qualquer preocupação de análise racional, de perceber quanto é que este acréscimo de pessoal, custará ao Município, nem de dar atenção à sustentabilidade financeira do Município. O que interessa é dizer, com pompa e circunstância, que o Município vai admitir mais 151 pessoas, que vai abrir concursos e quem tiver a tatuagem maior, com a chaminé bem marcada no braço direito, será colocado em primeiro lugar. E assim vai a gestão do Município de Lamego. De 2005 a 2017, o senhor Engenheiro Francisco Lopes levou o Município à ruína. Em 2017-2021, fez-se um esforço de gestão, que o senhor adjectiva de forma diferente, tão competente quanto aquela que permitiu tirar o Município da situação de endividamento e permitir que o senhor continue, agora, a renovar os mandatos que fez nos mandatos de 2005-2009 e 2009-2013. No mandato de 2013-2017 não fez, porque já não tinha dinheiro para tal.*

*Clarifico que não está em causa qualquer apreciação do desempenho de nenhum funcionário, desde o Assistente Operacional ao Chefe de Divisão. O que está em causa é a discussão, em abstracto, do número de pessoas que ocupa cada um dos lugares.*

*É óbvio que este Mapa de Pessoal não merece a aprovação do Partido Socialista. Terá, eventualmente, apreciação casuística, por parte de cada um dos senhores Vereadores, mas no que respeita ao senhor Vereador Ângelo Manuel Mendes Moura e ao senhor Vereador António Manuel Marques Luís irão votar contra a presente proposta. A senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, abster-se-á.”*

Tomou, novamente, a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para referir o seguinte: “Quero apenas fazer duas ou três correções, que são absolutamente imperativas.

*O Dr. Ângelo Moura mentiu, pois não é verdade que o Município de Lamego alguma vez tenha estado inibido de fazer recrutamento, a não ser quando, todos os Municípios por qualquer circunstância estiveram. E isso é tão verdade, que nunca deixamos de fazer*

recrutamento ao longo dos anos e o Dr. Ângelo Moura também o fez, lançando vários concursos, nomeadamente o de 62 lugares para as Escolas.

Também não é verdade que eu tenha conduzido o Município à ruína, muito pelo contrário. Conseguimos fazer, com muito esforço e com recurso a endividamento, enormes investimentos, que se traduziram na melhoria da qualidade de vida dos lamecenses e num melhor funcionamento da nossa economia. A partir de 2017, o Dr. Ângelo Moura contribuiu “zero” para o equilíbrio financeiro da autarquia, posto que se limitou a deixar correr a amortização da dívida, de acordo com o que estava planeado, exceto em 2019, quando fez aquela vigarice do acordo de pagamento com as Águas de Trás-os-Montes e o transformou num empréstimo de médio/longo prazo, que ainda estamos a pagar. Ou seja, ainda prejudicou o equilíbrio económico-financeiro da autarquia.

Estamos, portanto a falar, essencialmente, de demagogia, assim como quando se refere às 151 vagas, que não vão ser contratadas na totalidade. Muitas, como já referi, referem-se a lugares que já existem, nomeadamente os lugares dos nove Chefes de Divisão, os cinco lugares de Encarregados Operacionais, que já estão a exercer essas funções e muitos que já estão a trabalhar nas escolas e no Parque Biológico.

Expliquei, de forma clara, as justificações que levam a este número, e como vêem, as vagas que efetivamente irão passar a concurso e a recrutar são muito menos que as 151. Serão cerca de 60, no máximo, e grande parte delas para substituir a aposentações que vão ocorrer em 2025 e 2026.

Não podemos estar sem as pessoas, nem podemos depender, exclusivamente, do IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional. Temos que ter o nosso próprio Mapa de Pessoal.

Finalmente, em relação ao facto de se ter discutido o Orçamento e o Mapa de Pessoal em reuniões diferentes, não vejo grande problema, uma vez que foram reuniões consecutivas, é praticamente em simultâneo. Poderíamos ter discutido a proposta do Mapa de Pessoal no mesmo dia do Orçamento, se os senhores Vereadores do Partido Socialista tivessem disponibilidade para discutir assuntos, que são agendados extemporaneamente.”

Interveio o **senhor Vereador Ângelo Manuel Mendes Moura** para referir, ainda, o seguinte: “No que concerne à impossibilidade do Município de Lamego de recrutar pessoal, no período em que o mesmo esteve a cumprir um plano de saneamento financeiro, tal decorre da Lei e é irrefutável. O procedimento concursal para prover os 62 lugares para as escolas, foi aberto depois do Município de Lamego estar fora da zona de endividamento. Mas, ainda que assim não fosse, decorria de um processo de descentralização de competências, o que não é o caso do atual Mapa de Pessoal, que estamos a analisar.

*Quanto ao endividamento e quanto à verdade sobre a gestão, mais uma vez, registo que os factos são aqueles que constam do Relatório de Verificação da Conta de Gerência de 2014, do Tribunal de Contas, feito e assinado por três Juízes Conselheiros, no qual é feita a análise imparcial, daquilo que foi a gestão do Engenheiro Francisco Lopes no período de 2013-2017 e onde consta também, a análise da gestão do Partido Socialista no período de 2017-2020. Isto é absolutamente claro.*

*Quanto à adjectivação que utilizou para classificar o acordo com as Águas do Norte, é apenas da lavra e da sua palavra, porquanto não foi esse o entendimento da autoridade que fiscaliza a gestão financeira dos municípios e do Estado, que no caso é o Tribunal de Contas, que assim não considerou e que, contrariamente, até teceu elogios. Qualquer cidadão o pode comprovar, pois está disponível para consulta, basta verificar o site do Tribunal de Contas.*

*Repudio, veementemente, a continuidade desse discurso de charlatanice, que sei que vai fazer questão de manter, mas que nunca ficará sem resposta.”*

Tomou, novamente, a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para referir o seguinte: “O Dr. Ângelo Moura refere muitas vezes o Relatório de Verificação da Conta de Gerência de 2014, em que o Tribunal de Contas levanta, de facto, algumas questões de natureza jurídica, em relação à submissão, a visto prévio, de documentos referentes à extinção das empresas Lamego Renova e Lamego Convida.

*Tal situação, em nada afeta o equilíbrio das contas do Município e a sua verdade contabilística. O Dr. Ângelo Moura pode continuar a insistir nesse assunto, que já foi discutido até à exaustão, mas não vai escudar-se nessa questão que o Tribunal de Contas entendeu levantar, para pôr em causa o rigor das contas ou o equilíbrio financeiro do Município de Lamego, que foi conseguido após o saneamento financeiro e foi mantido até ao final do seu mandato, sem que o senhor tenha feito algo para tal.*

*Em relação ao Mapa de Pessoal, esqueci-me de justificar que o aumento de 145 para 161 vagas foi um lapso de senhor Vereador José Correia da Silva, que não indicou as 6 vagas atempadamente, 3 Fiscais Municipais e 3 para Técnicos Superiores da área do turismo.”*

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, nos termos propostos, com quatro votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores da Coligação “Somos Lamego” PPD/PSD-CDS/PP, Catarina Gonçalves Ribeiro, José Correia da Silva e Fábio Alexandre Veloso Duarte, com dois votos contra, dos Vereadores do PS, Ângelo Manuel Mendes Moura, António Manuel Marques Luís e com uma abstenção, da Vereadora do PS, Ana Catarina Graça da Rocha.

**02-ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ 2.000.000,00 €  
- APOIO À TESOUREARIA - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EXERCÍCIO 2025

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 910/2024 do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

*“O regime de crédito dos municípios encontra-se regulamentado nos artigos 49º a 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais). Os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito. Os empréstimos de curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, enquanto os empréstimos de médio e longo prazo, podem ser contraídos para aplicação em investimentos, ou para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.*

*A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, inscreve no n.º 1 do artigo 50º, o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria.*

*Nos termos do artigo 50º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.*

*Atenta esta disposição, será de considerar que os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terão de ser integralmente amortizados, ficando ora melhor balizados quanto à sua função - gestão de tesouraria - e, portanto, devendo na fixação do seu montante atender-se à sazonalidade da receita, picos de constrangimentos dos meios de caixa disponíveis versus montantes exigíveis em igual período, salvaguardando, sempre, a necessidade, desde logo, por força de lei, de garantir ao longo do exercício, os meios necessários e suficientes à liquidação total do crédito a contratar;*

*Sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 49º, da mesma Lei, a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela Assembleia Municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o Município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento.*

*Face ao exposto, propõe-se que Câmara Municipal delibere:*

*Solicitar autorização à Assembleia Municipal para contração de um empréstimo de curto prazo, durante o ano 2025, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, propondo-se o valor de 2.000 000,00 € (dois milhões de euros), devendo para tal, e de acordo com o n.º 5 do artigo 49º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ser consultadas, pelo menos, três instituições bancárias, acompanhando a demonstração da consulta, e a informação sobre as condições*

*praticadas quando esta tiver sido prestada, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município.”*

O senhor **Presidente da Câmara** prestou os seguintes esclarecimentos: *“Durante vários anos, fizemos este empréstimo com alguma regularidade, no máximo de 1 milhão de euros. Atendendo ao volume de investimentos que vamos ter em curso, prevemos ter necessidades maiores, ao nível da tesouraria e, por isso, a proposta que apresentamos é de 2 milhões de euros.”*

Tomou a palavra o senhor **Vereador António Manuel Marques Luís** para referir o seguinte: *“Vou começar a minha intervenção, lendo alguns extractos da informação da Divisão de Finanças e Património, anexa à presente proposta: “Tal como foi informado por diversas vezes, e à semelhança da execução de orçamentos anteriores, a proposta de orçamento para 2025 exigirá um enorme rigor nas opções de despesa, considerando o montante global com a estrutura fixa e permanente das despesas, que obriga a um acompanhamento e gestão de tesouraria muito atenta e rigorosa (...) por outro lado, é conhecida a situação financeira frágil do Município, em que, é imperativo implementar de um plano de maximização de receita e contenção da despesa, que resulte na diminuição abrupta da mesma, o que, tendencialmente, se tem verificado o contrário, a despesa aumentou e as dificuldades de tesouraria aumentam.*

*Em análise, a proposta de orçamento para 2025, aprovada em reunião de Câmara Municipal, no dia 19 de novembro de 2024, vislumbra-se cenário idêntico, com uma agravante, que se pretende dar início aos projetos co-financiados, obrigando um esforço de tesouraria muito grande, bem como, o pagamento da despesa corrente fixa e permanente, que ascende a 30 milhões de euros. Portanto anuncia-se um ano 2025 muito difícil no quadro financeiro. Adverte-se, uma vez mais, o executivo, dos problemas financeiros estruturais do Município, com a despesa corrente a aumentar, nomeadamente o capítulo do Pessoal e bens e serviços sem para o qual tenha a compensação do lado da receita, não sendo por isso, sustentável para as finanças públicas do Município, pelo que, recomenda-se, urgentemente, que o órgão executivo e deliberativo encontrem entendimento sobre a estratégia financeira a seguir nos próximos anos, para garantir cumprimento atempado dos compromissos do Município e, muito importante, a sustentabilidade das finanças.*

*(...)Assim, corrigindo as dificuldades de tesouraria de curto prazo, será, no entanto, necessário, rever toda a despesa (em especial foco na despesa corrente (ciclo operacional), para não se verificar desequilíbrios de tesouraria estrutural.*

*(...)A instrução das propostas de empréstimos (...) são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como, do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento.”*

O que acabei de ler tem a total concordância do senhor Presidente da Câmara e, assim sendo, concorda que a situação financeira do Município é frágil, que existem problemas estruturais graves, relativamente à despesa do Município, e que é necessário diminuir drasticamente as despesas. Faz-me lembrar a célebre expressão popular, “bem prega Frei

*Tomás, olha para o que ele diz, não olhes para o que ele faz". O que vemos fazer, não é de todo o que está aqui plasmado.*

*Por outro lado, o senhor Presidente nunca ouve as propostas da oposição, entendendo que só o senhor tem capacidade para apresentar propostas e que tudo se deve a si, o que não deixa de ser verdade, pois dirige o Município de forma totalmente unipessoal.*

*O senhor tem uma visão um pouco eleitoralista da democracia, que se esgota no dia em ocorre a votação e se elege. Na minha opinião, o ideal seria adotar uma democracia liberal, inclusiva e participativa, que crie condições para que todas as pessoas, com responsabilidades, possam participar nas decisões e contribuir com as suas opiniões e que as mesmas não fossem sistematicamente apelidadas de "vigarices", "mentiras" e "incompetências", como o senhor Presidente refere.*

*Neste sentido, aproveito a oportunidade para lhe dirigir um repto: o senhor devia dirigir as reuniões de uma forma mais consentânea com um bom relacionamento entre as pessoas e menos consentânea com essa permanente atitude de crispação, de achincalhamento, de obstrução, de forma a que, qualquer Vereador, ou outra pessoa que esteja a participar, se sinta intimidada para apresentar as suas opiniões. Era muito saudável que pudéssemos chegar a esse ponto.*

*Na discussão do Orçamento do ano anterior, referi que seria importante que o Município pudesse ir constituindo, ao longo dos anos, algum superávit orçamental, para que depois não precisasse de recorrer frequentemente a empréstimos bancários. Aliás, tendo em atenção o que está escrito na informação n.º 6727, de 19-11-2024, com a qual concordou e nós também concordamos, é que, se este empréstimo for concedido, vai onerar em mais de 60 mil euros, os juros que a Câmara terá que pagar.*

*Sendo que, conforme também já referimos na reunião anterior, o senhor Presidente não gosta de números, não gosta que venhamos aqui falar de números referentes ao anuário financeiro, ou à PORDATA. Provavelmente pensa que os números não são verdadeiros. Mas, a realidade é que, em 95 Municípios de média dimensão, estamos em 16.º lugar no peso do rácio dos juros versus investimento total, já para não dizer que, no que concerne ao passivo exigível, dos 95 Municípios, Lamego ocupa o 18.º lugar.*

*Era bom que houvesse alguma coerência sobre aquilo que é a realidade financeira do Município, e não nos vai dizer certamente que o Chefe de Divisão de Finanças e Património está a mentir na informação que prestou. Seja consentâneo no seu discurso.*

*É preciso, de facto, fazer obras, mas também é preciso fazê-las enquadradas numa estratégia adequada e não fazer obras e mais obras, desenquadradas, muitas vezes, das necessidades do Município. Uma vez que é o senhor Presidente que manda no Município, manda politicamente, única e exclusivamente, e manda juridicamente com os senhores Vereadores,*

*que aprovam as decisões, era saudável que comesçasse a olhar de forma diferente para esta espiral de despesa fixa e corrente e que houvesse uma perspectiva de verdadeira sustentabilidade das contas públicas do Município a curto, médio e longo prazo.”*

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte: “Sobre as afirmações do senhor Vereador António Manuel Marques Luís, gostaria de dizer que, relativamente à forma como conduzo as reuniões, como sabe, já o fiz em quatro Executivos diferentes e, de facto, elas são muito diferentes, consoante as pessoas que se sentam do lado da oposição e não consoante as que estão do meu lado.

*Já tive situações de enorme tensão com a oposição e já tive mandatos em que tudo correu de forma muito cordata e muito cooperativa, do ponto de vista do funcionamento burocrático do órgão colegial, Câmara Municipal.*

*Se neste mandato tal não acontece, não é, seguramente, por culpa minha. Aliás, já nesta reunião, tive que recorrer à comparação com os mandatos anteriores e chamar à atenção para o posicionamento demagógico dos Vereadores do Partido Socialista ao exigirem intervenção naquilo que não fizeram, ou de criticar situações similares àquelas que ocorreram no mandato anterior. Isso não é sério.*

*Tenho todo o interesse e disponibilidade em adoptar uma discussão séria, aliás, o mandato de 2013-2017 foi, inclusivamente, um mandato muito tenso, marcado por divergências políticas dentro do meu próprio partido e o Coronel Armínio Mendes fez questão de me elogiar, ao dizer, que tive uma atitude absolutamente aberta e pedagógica na discussão e na explicação de todos os assuntos, mesmo daqueles que não vinham à reunião de Câmara, como por exemplo, assuntos relacionados com as águas, com os resíduos, com estratégia política e outros.*

*Este relacionamento entre pessoas e entidades tem sempre dois lados e não vai por o ónus do meu lado, porque não aceito. A forma como conduzo as reuniões e as discussões acesas que aqui temos, são sempre motivadas pelas posições incoerentes do Partido Socialista e dos seus Vereadores. E assim vai continuar, pois sempre que as intervenções não respeitem aquilo que é a verdade dos factos, ou a justeza daquilo que são as decisões que temos aqui tomado, terei as mesmas atitudes.*

*Sobre a acusação de praticar uma gestão unipessoal da Câmara, também não é verdade, tanto que estão presentes na reunião, todos os responsáveis da autarquia, Vereadores e Chefes de Divisão, e estão igualmente presentes em todas as discussões que fazemos, sobre todos os aspectos.*

*Em relação à questão colocada sobre as contas do Município, como sabe, sou o Vereador do Pelouro das Finanças Municipais, portanto tudo o que está escrito na informação que referiu, está, porque entendo que deve estar. É um retrato fiel, daquilo que é a situação financeira do*

*Município, daquilo que são os riscos que enfrentamos, mas que são riscos normais, comuns a muitos municípios, face às diversas situações que estão a ocorrer, quer de alterações legislativas, que acarretam custos acrescidos, quer da própria evolução da economia.*

*É também um alerta para os senhores Vereadores com Pelouro e para os senhores Chefes de Divisão, porque muitas vezes cria-se despesa, não porque é necessária, mas porque, apenas, parece ser necessária. Antes de se proporem determinadas despesas, é necessário cumprir, com mais rigor, determinados critérios.*

*Nesse sentido, este retrato é verdadeiro e vai ser sempre trazido a esta Câmara, com verdade e transparência. Assumo o que aí está, assumo as dificuldades que temos e que iremos ter progressivamente, à medida que aumentarmos o investimento e, sobretudo se não houver celeridade nos reembolsos, por parte dos fundos comunitários, nomeadamente do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência e do Portugal 2030.*

*Em relação à questão das despesas correntes, recordo que no mandato socialista de 2017-2021, a despesa corrente subiu sempre e a receita desceu sempre. Neste momento, estamos a subir despesa e a subir receita, sendo que, eventualmente a subida da receita, nomeadamente por força da transferência de competências, por parte da administração central e o do reforço global do FEF - O Fundo de Equilíbrio Financeiro, não serão suficientes para suprir esse aumento da despesa. Ou seja, temos que otimizar a cobrança de receita municipal, temos que cobrar melhor, nomeadamente na secção das águas, das rendas, das feiras e mercados e das taxas, multas e outras penalidades. Temos que cumprir a Lei e fazê-lo com rigor.”*

Tomou, novamente, a palavra o senhor **Vereador António Manuel Marques Luís** para referir o seguinte: *“Sobre a questão das reuniões, o senhor é que as dirige, não são os outros, e, nesse sentido, o senhor Presidente fá-lo como entender e dá-lhes o sentido que entender, pese embora, as pessoas possam ter diferentes reacções. Não é por haver, eventualmente, alguém que tenha reacções menos próprias, que o senhor Presidente também tem que ter. Na minha opinião, nunca deve retaliar de forma mais agressiva, do que aquela que, eventualmente, tiveram para consigo.*

*O senhor tem uma forma de gestão muito própria, todos sabemos disso, nenhum Vereador, nem nenhum Chefe de Divisão ousa fazer qualquer despesa sem o seu consentimento. Não vale a pena negar, basta, aliás, constatar que os senhores Vereadores raramente fazem qualquer intervenção.*

*Entretanto, o senhor Presidente confirmou que a informação anexa à presente proposta é absolutamente verdadeira, então deve tirar as consequências deste retrato fiel e verdadeiro, porque não as tirou ainda. Pelo contrário, opta por uma trajectória ascendente da despesa.*

*A despesa corrente, tal como está evidenciada no Orçamento e nesta informação, sobe novamente mais do que a receita. Esta é a realidade dos factos e não adianta estar com esse discurso de que é preciso haver mais eficiência ao nível da receita, porque já se torna muito repetitivo e não se têm verificado efeitos práticos.*

*É preciso ter um ponto de vista racional e objetivo, é importante pensar seriamente que a despesa corrente não pode continuar a subir da forma como se tem verificado, porque, mais ano menos ano, estaremos numa situação financeira grave, asfixiante e impeditiva do desenvolvimento do Município.”*

Interveio, ainda, o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte: “O senhor Vereador Marques Luís tem toda a razão, a despesa corrente é um problema efectivo, é um problema difícil de controlar, uma vez que temos obrigações com a população e obrigações com o Estado. Temos que manter um conjunto de serviços, que são imperativos: fornecemos água, tratamos da rede de saneamento, recolhemos lixo e depositamo-lo em aterro, transportamos as crianças e a população, em geral, na rede de transportes públicos, mantemos as estradas e a sinalização, mantemos todos o tipo de equipamentos culturais, os pavilhões desportivos, as escolas e os cemitérios.

*Não podemos, nem vamos faltar com nada em nenhum destes serviços e, mesmo assim, apesar do esforço que fazemos, continua a haver falta de pessoal e problemas pontuais ao nível da manutenção, muitos deles decorrentes do facto de não ter havido manutenção eficiente, nomeadamente no mandato do Dr. Ângelo Moura. É imperativo que faça esta referência, porque há problemas acumulados, que não são de hoje, mas como sabe, há problemas que estamos a colocar na despesa corrente atual e que deviam ter sido resolvidos em devido tempo.*

*Temos, efetivamente, a obrigatoriedade de fazer a manutenção corrente de vários equipamentos e a obrigatoriedade de prestar serviços à população, dos quais não podemos prescindir.*

*Pode afirmar que esta postura é eleitoralista e se não fizer o serviço, ou se a qualidade do mesmo for inferior, as pessoas terão que entender, e o resultado logo se verá nas eleições. Mas, para mim, isso não faz qualquer sentido, fazemos e temos que fazer, porque é nossa obrigação e não por questões eleitoralistas.*

*Nesse sentido, quer em relação ao Mapa de Pessoal, quer em relação a este contrato de empréstimo de curto prazo, a posição do Partido Socialista, não é justificável, mas já estamos habituados. O Partido Socialista aproveita a discussão de assuntos correntes para tentar levantar outros assuntos, que nada acrescentam à discussão séria sobre os problemas do Município.*

*Quando quiserem fazer uma discussão séria de qualquer problema do Município, fazemo-la com toda a serenidade, com toda a abertura e com acesso toda a informação de que, eventualmente, não disponham.”*

Tomou, novamente, a palavra o senhor **Vereador António Manuel Marques Luís** para referir o seguinte: *“Não falei de eleitoralismo, o senhor Presidente é que falou.*

*No entanto, aproveito para esclarecer que não estava a referir a essas despesas que agora mencionou, pois essas, obviamente, têm que ser mantidas. Os serviços que o Município presta aos seus munícipes têm que ser, obviamente, assegurados.*

*Referia-me às despesas que não são tão prementes, nem tão urgentes mas que o senhor Presidente acelera a um ritmo incrível, como seja a despesa com o pessoal e a despesa com os contratos de prestação de serviços. Essas, sobretudo a primeira, são despesas estruturais, porque a partir do momento em que são criadas, não há forma de as reverter.*

*Quanto ao resto, estamos de acordo e congratulo-me que o senhor Presidente refira que é necessária uma discussão diferente dos problemas e que diga que vai passar a apresentar documentação que nem sempre está disponível, pois de todos os documentos que pedimos, cerca de 90% nunca foram entregues.”*

Interveio, ainda, o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte: *“Todos os documentos solicitados, que não estejam disponíveis nas plataformas próprias, foram disponibilizados ou serão, entretanto.”*

Tomou a palavra o senhor **Vereador Ângelo Manuel Mendes Moura** para referir o seguinte: *“Os Vereadores do Partido Socialista gostariam de referir que sempre manifestaram disponibilidade para discussões sérias, quando é prestada a informação devida e quando o discurso é verdadeiro.*

*Ainda agora, a título de exemplo, o senhor Presidente afirmou que todos os documentos solicitados foram disponibilizados. Isso é absolutamente falso, portanto, não há como fazer uma discussão séria e coerente sobre esta matéria.*

*Sem querer fugir muito ao assunto em discussão, tenho que dar a minha opinião, relativamente à posição coerente, que o senhor Presidente afirma ter na condução das reuniões, colocando sempre o ónus na oposição. Relembro-o que, no mandato anterior de 2013-2017, lidou bem com a oposição, mas não lidou bem com os senhores Vereadores, eleitos na sua própria lista, que se viram obrigados a demitir.*

*Voltando ao assunto em apreço, o que nos é solicitado para a provar, é a contração de um empréstimo de até 2 milhões de euros, ou seja, em termos práticos, é pedir autorização para colocar 2 milhões de euros na gaveta da caixa registadora para se poder gastar como entender.*

*É óbvio que o Partido Socialista, de forma séria, não vai aprovar esta proposta de deliberação, até porque entende que, nem sequer Orçamento para o ano de 2025 é sério e responsável.*

*É isto que nos separa em termos de gestão municipal. Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, neste mandato, continuam a entender que a satisfação das necessidades dos munícipes tem que ser feita de forma racional, tendo em conta a receita que o Município aufera. Quem paga a satisfação das necessidades, são os próprios munícipes, somos todos nós. Portanto, só podemos satisfazer as necessidades para as quais tenhamos receita.*

*Se não temos receita, não podemos dar os apoios que as associações pretendem, nem podemos dar o apoio que as freguesias pretendem. Aliás, no seu primeiro mandato, o senhor Presidente da Câmara cortou para metade os apoios que dados às freguesias. Fê-lo em nome, eventualmente, desta gestão racional.*

*Aquilo que entendemos é que o Município tem que saber, de forma séria, quais são as suas receitas próprias e, com base nelas, satisfazer as necessidades dos seus munícipes. Temos que gerir o dinheiro do Município, como gerimos o da nossa casa. Se o Banco nos conceder um empréstimo para contrair um crédito-habitação, temos que pagar as prestações. Tempos houve, em que se quiséssemos construir uma piscina, os Bancos até a ofereciam, e até se comprava também um carro, mas passados três ou quatro anos, perdia-se o carro, a piscina e ficávamos penhorados para o resto da vida. Também assim é nos Municípios e o nosso esteve à beira disso acontecer.*

*No nosso entendimento, a gestão séria do Município tem que ser feita através da gestão racional, não é continuar a fazer investimentos e a construir equipamentos, sem saber se, no futuro, teremos receita para fazer face à sua manutenção. Veja-se, a título de exemplo, o que acontece com o “elefante branco” do Município de Lamego, o Pavilhão Multiusos, que está cada vez mais degradado, porque o Município não tem dinheiro para fazer a sua manutenção. Enquanto decisores e responsáveis políticos, não podemos satisfazer as necessidades de todos aqueles que as solicitam, porque para isso não há verbas suficientes, é importante dizer não.*

*A crescer a esta situação, o Município tem abdicado, neste mandato, de uma série de receitas próprias. À laia de dispensas e de não cobranças, não entra tanta receita nos cofres municipais, mas entendo que ao fazer-se essa gestão racional, não estamos a ser populares. Continuamos a isentar tudo e todos e continuamos a lançar apoios de forma não calculada, mas mais tarde, isso terá consequências.*

*Perante uma gestão desta natureza, o Partido Socialista não vai, com a sua anuência, permitir que o senhor Presidente da Câmara fique com 2 milhões de euros na gaveta para em ano eleitoral, poder fazer aquilo que muito bem entender, sem haver nenhuma garantia.*

*Embora a Lei imponha como limite o reembolso desse empréstimo num ano, não há qualquer garantia desse cumprimento. Aliás, uma das características dos mandatos do Engenheiro Francisco Lopes, é não cumprir rigorosamente a Lei e afirmar que não faz sentido, sequer, que haja uma entidade fiscalizadora, como o Tribunal de Contas, a gerir e a fiscalizar as contas do Município. Ouvimo-lo dizer isto em várias ocasiões.*

*Alguém que tem, efetivamente, este entendimento de gestão municipal, e nem vou adjectiva-la, não pode ter a anuência, ou cumplicidade do Partido Socialista, permitindo que, em ano eleitoral, o senhor Presidente coloque 2 milhões de euros na gaveta, para gastar como bem lhe aprouver, pelo que os Vereadores do Partido Socialista irão votar contra a presente proposta de deliberação.”*

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte: “Para fazer uma discussão séria destes temas, quando critica o aumento da despesa com pessoal, e uma vez que estávamos a aprovar o Mapa de Pessoal, o Partido Socialista devia propor os cortes efectivos. Devia dizer, especificamente, para cortar naquela Divisão, naquele serviço, naqueles Assistentes Operacionais, naqueles Assistentes Técnicos, naqueles Técnicos Superiores. Devia ter essa coragem, e assim, entender-nos-íamos mais facilmente.

*O mesmo lhe digo em relação aos investimentos. O Pavilhão Multiusos está, de facto, com mau aspeto exterior, está muito vandalizado, mas funciona diariamente e isso, deixa-nos muito satisfeitos. Gostava que o Partido Socialista dissesse, uma vez que não concorda com este investimento que o Município vai fazer, quais são os equipamentos que não deveriam ser construídos. Se é a Habitação Social, se é o Centro de Saúde, se é a Requalificação das Escolas, se é o investimento no Museu e na cultura, se é a Requalificação do Edifício da PSP, ou se é a reposição das pavimentações, o investimento na recolha selectiva de resíduos, ou ainda, as redes de água e tratamento de saneamento em falta.*

*O que é que o Partido Socialista propõe que não se faça, para podermos aliviar o Orçamento e ficarmos com uma situação financeira mais folgada?*

O Dr. Ângelo Moura, na realidade, até já deu uma sugestão, que é cortarmos nos apoios aos clubes e coletividades e nos apoios às Juntas de Freguesia, como ele fez. Mas eu não o faço. Não o faço porque as Juntas de Freguesia, bem como os clubes e coletividades, são instituições que trabalham com pessoas. As Juntas de Freguesia, têm como missão ajudar aquele pequeno aglomerado de pessoas a resolver problemas do dia-a-dia. Os clubes e coletividades trabalham com os seus associados, com os seus atletas, com as suas estruturas, desenvolvendo atividades, que conformam políticas municipais na área do desporto e da cultura. São braços que trabalham, quotidianamente, no nosso concelho, que participam em atividades e torneios, levando nome de Lamego para outros locais, são nossos embaixadores.

*Portanto, não vou cortar nos apoios às Juntas de Freguesia, nem nos apoios aos clubes e coletividades. Vou, apenas, exigir que aquilo que é o nosso apoio tenha tradução efectiva no trabalho que essas instituições desenvolvem.*

*Em relação à questão das isenções de taxas e de impostos, desafio o Partido Socialista a votar sempre contra a aprovação das mesmas. Já o faz nas propostas de incentivo à atividade económica, e também já percebi que o faz apenas por uma questão formal e não substantiva, mas sugiro que passe a votar contra todas as propostas de isenção ou de redução de taxas, ou outras legalmente admissíveis, que sejam presentes à reunião.*

*Se o fizerem, teremos que ponderar se não seremos nós que estamos, de facto, errados ao facilitar a vida aos cidadãos, às empresas e às instituições, que sabendo que há uma abertura legal à redução ou isenção das taxas num determinado evento, na utilização de algum equipamento, ou o que seja, a solicitam. Certamente que compreenderiam que o Partido Socialista, estando na oposição e não tendo essa pressão eleitoralista que nos atribuem, o pudesse fazer. Deixo esse desafio.”*

Tomou, novamente, a palavra o senhor **Vereador Ângelo Manuel Mendes Moura** para referir o seguinte: *“Tenho que sublinhar mais uma vez que, assim, não há discussão coerente. Quando continua a fazer afirmações que não são verdadeiras e que são uma completa charlatanice, não há discussão séria.*

*A propósito das Juntas de Freguesia e das associações, no mandato 2017-2021, não houve qualquer corte nos apoios, houve inclusive, aumentos. O que deixei claro é que não se pode dar os aumentos que, eventualmente, são solicitados, tem que ser feita uma análise racional. Objectivamente, no mandato de 2017-2021, não houve qualquer corte para as freguesias, aliás, as transferências aumentaram, em média, mais de 50% do que aquelas que existiram no mandato de 2013-2017. A única vez em que houve cortes, foi no mandato de 2009-2013. São factos, estão nos documentos e é só consultá-los.*

*Neste último mandato que referi houve, inclusivamente, cortes na energia eléctrica. Tiveram que fazer cortes da energia eléctrica nas freguesias, porque não havia dinheiro. Portanto, gerir dinheiro público é fazer opções.*

*Para o senhor Engenheiro Francisco Lopes nunca há problema, dá sempre tudo a todos. Quando acabar o mandato, quem cá ficar, não vai poder dar nada, mas isso também já não será um problema seu, será de quem ficar.*

*Há muitos Municípios no país que recorreram ao FAM - Fundo de Apoio Municipal. Em Lamego, no final de 2017, toda a gente estava convicta que seria necessário recorrer ao FAM, tal era a situação do Município.*

*Resumindo, só há discussão coerente, quando, efetivamente, a mesma for baseada em discurso estribado em factos verdadeiros e não em discurso demagógico e mentiroso.*

*Reiteramos que, relativamente à proposta de deliberação em apreço, o Partido Socialista não está disponível para ser cúmplice na aprovação de uma proposta de deliberação, que vai permitir ao Presidente da Câmara colocar na gaveta 2 milhões de euros, para gastar como bem lhe aprouver.”*

Tomou a palavra o senhor **Vereador José Correia da Silva** para proferir a seguinte intervenção: *“A propósito desta discussão, gostaria de dizer que, no mandato anterior, houve uma intenção clara de fazer um corte brutal nos apoios às associações e coletividades, mas tal não foi possível, porque o CDS/PP apresentou uma contraproposta que prevaleceu.”*

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para proferir, ainda, o seguinte: *“O que o senhor Vereador José Correia da Silva afirmou, também não é totalmente verdade, porque quando tomamos posse em 2021, havia subsídios por pagar às associações e coletividades, nomeadamente aos maiores clubes e às Bandas Filarmónicas.”*

Tomou a palavra o senhor **Vereador Ângelo Manuel Mendes Moura** para proferir o seguinte: *“É necessário esclarecer que, no mandato de 2017-2021, o Partido Socialista estava em minoria e que viveu o período crítico da pandemia Covi-19.”*

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para proferir, ainda, o seguinte: *“Pode ter havido a pandemia de Covid-19, pode ter havido outra qualquer condicionante, mas o facto é que, em 2021, havia subsídios por pagar às Bandas Filarmónicas e aos maiores clubes e fomos nós que resolvemos esse problema. Aliás, o senhor Vereador Ângelo Moura queria que ficasse escrito, no protocolo a celebrar em 2022, que a verba adicional era para pagar a dívida do anterior Executivo. Esta é que é a realidade.*

*É certo que, durante a pandemia havia dúvidas se, de facto, se justificava manter esse apoio e é uma discussão perfeitamente legítima, mas o que aconteceu foi isto. Pagamos subsídios referentes ao anterior mandato.*

*Também recordo que, no mandato 2009-2013, quando cortámos os apoios às Juntas de Freguesia, foi porque o país entrou numa grave crise económica, ficamos à mercê da Troika. Houve um grande corte nas transferências do Estado para os municípios e esse corte foi transferido para os protocolos com as freguesias e com os clubes e coletividades.*

*Também todos sabemos de quem é a responsabilidade da crise económica que vivemos nesses anos, não é preciso relembrar.*

*Relativamente à possibilidade de recurso ao FAM - Fundo de Apoio Municipal, em 2017, era um absoluto disparate, posto que, sem que o Partido Socialista tivesse feito qualquer esforço adicional da amortização da dívida, a amortização da mesma, de cerca de 3 milhões de euros em 2018, e cerca de 2 milhões em 2019, permitiu tirar a Câmara do endividamento excessivo, ou seja, receita corrente média dos últimos três anos, ficou de 1,5x abaixo. Isto foi o que aconteceu, com toda a naturalidade, tal como estava previsto.*

*Enquanto o Dr. Ângelo Moura insistir em querer ficar com os louros de algo, para o qual não contribuiu, vou ter que o desmentir. Não poderia aumentar a dívida, porque estava em saneamento, logo só a poderia reduzir e foi o que fez. Reduziu a amortização mínima contratual em dois anos e o Município saiu do endividamento. Portanto, não tem aí, qualquer mérito especial, como que fazer crer. Esta é a verdade absoluta dos factos.*

*Quanto ao resto, a proposta ficará aprovada com maioria.”*

*Tomou a palavra o senhor **Vereador Ângelo Manuel Mendes Moura** para proferir o seguinte:*

*“Importa referir que essa é a sua verdade, portanto vou esclarecer, de forma telegráfica.*

*Em primeiro lugar, a redução no apoio às freguesias, feita pelo Engenheiro Francisco Lopes, aconteceu no mandato 2009-2013, antes de haver PEC IV - Programa de Estabilidade e Crescimento e antes de haver Toika.*

*Em segundo lugar, os subsídios dados às associações no mandato 2017-2021, não foram reduzidos, nunca houve qualquer redução dos valores, relativamente aos que foram transferidos no mandato anterior, de 2013-2017. Nunca houve nenhuma proposta para reduzir esses valores, o que houve foram discussões de propostas a aumentar esses valores, em proporções superiores, que a oposição na altura entendeu mais adequadas, relativamente àquilo que o Partido Socialista propunha, de forma racional e objectiva.*

*Em terceiro lugar, o que vou dizer consta nos documentos oficiais, já o referi várias vezes, não é a leitura do Engenheiro Francisco Lopes, nem a leitura do Vereador Ângelo Moura que altera este facto: o Município de Lamego excedeu 1,5x o limite legal permitido no ano de 2016 e encontrava-se em saneamento financeiro. Não foi culpa da gestão socialista.*

*Também não faz sentido que, ao fim de três anos de mandato, continue a justificar as decisões da Coligação “Somos Lamego” PPD/PSD-CDS/PP, com eventuais erros na gestão do Partido Socialista, segundo a sua perspectiva.*

*O que vemos, atualmente, é o aumento do endividamento, o aumento da despesa corrente, dos encargos do Município, e não vimos ao longo destes três anos, uma atitude sequer, que conduza ao aumento das receitas próprias.*

*As receitas que têm beneficiado o Município e que vão beneficiar, de forma extraordinária o exercício de 2025, prendem-se com a situação pontual do país, beneficiária, quer dos fundos do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, quer dos fundos do programa Portugal 2030, quer, ainda, dos resqúícios do Portugal 2020 e do cumprimento, feito pelo Governo do Partido Socialista e agora também, pelo Governo do PSD/CDS, da Lei das Finanças Locais. Porque, no que concerne ao angariamento de receitas próprias, ao longo destes três anos, as mesmas têm vindo a decrescer, quer por absoluta ineficácia na cobrança das taxas devidas pelos agentes económicos, quer na concessão, sem critério legal, feita pela gestão da Coligação “Somos Lamego” PPD/PSD-CDS/PP.*

*Esta é que é a realidade dos Vereadores do Partido Socialista.”*

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, nos termos propostos, com quatro votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores da Coligação “Somos Lamego” PPD/PSD-CDS/PP, Catarina Gonçalves Ribeiro, José Correia da Silva e Fábio Alexandre Veloso Duarte e com três votos contra, dos Vereadores do PS, Ângelo Manuel Mendes Moura, António Manuel Marques Luís e Ana Catarina Graça da Rocha.

**03-ASSUNTO: MINUTA**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta do assunto deliberado na presente reunião.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

**04-ASSUNTO: TERMO**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Susana Cristina Rodrigues Lopes Carneiro.

O Presidente,

A Secretária